

Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento¹

CANO, Wilson

Resumo

O texto analisa o processo de desenvolvimento contemporâneo do Brasil e seus impasses ao nível das políticas macroeconômicas e particularmente das contradições entre os processos de industrialização e desindustrialização. O patamar de industrialização atingido nas décadas anteriores se deteriorou face à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento e da conjugação de juros altos, falta de investimento, câmbio sobrevalorizado e abertura comercial. Nesse contexto, ocorre uma desindustrialização nociva que fragiliza o país e compromete sua economia. Na ausência de uma base de política macroeconômica consentânea com a política industrial, o desenvolvimento fica comprometido. Por outro lado, cabe lembrar que o subdesenvolvimento não representa uma etapa ou acidente de percurso, mas um processo que se inicia com a inserção no mercado internacional capitalista no século 19 e da qual o Brasil ainda não se libertou.

Palavras-chave: Industrialização. Desindustrialização. Políticas de Desenvolvimento.

Abstract

The text analyzes the contemporary development of Brazil and its impasses in terms of macroeconomic policies and particularly the contradictions between the processes of industrialization and deindustrialization. The level of industrialization achieved in previous decades has deteriorated over the lack of industrial and development policies and the combination of high interest rates, lack of investment, overvalued exchange rates and trade openness. In this context, there is a harmful deindustrialization that weakens and undermines the country's economy. In the absence of a basis for macroeconomic policy in line with industrial policy, the development is compromised. In these terms, it's good to remember that the underdevelopment is not a step or bump in the road, but a process that begins with the insertion in the international market capitalism in the nineteenth century and of which Brazil has not yet been released.

Keywords: Industrialization. Deindustrialization. Development Policies.

1 O presente ensaio é versão revisada da palestra ministrada em 08/08/2011 por ocasião da Semana do Economista, evento organizado pelo Curso de Economia da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Transcrição de Taís Moura Machado e revisão técnica de Jefferson O. Goulart.

Industrialização e progresso econômico

Há um indicador com sentido adequado e positivo, principalmente para os países desenvolvidos: o Produto Interno Bruto (PIB) Industrial. Mais precisamente o PIB da indústria de transformação e não exclusivamente o industrial, porque este envolve a construção, serviços de utilidade pública, da mineração etc. O peso da indústria de transformação sobre o PIB começa a cair, mas isso ocorre em países que já se industrializaram e se desenvolveram.

A elevação dos padrões do nível de vida e de renda das economias mais avançadas, portanto, expandem e diversificam muito mais o setor de serviços. Desse modo, o peso dos serviços cresce em relação ao PIB, e o peso da indústria de transformação cai. Isso acontece não porque a indústria esteja necessariamente em situação adversa, mas porque ela perde oportunidades, cresce pouco. No cenário de países que já se industrializaram isso ocorre por força do crescimento mais proporcional do setor de serviços. O sentido preciso da palavra “industrialização” justamente tem muito a ver conosco. Por quê? Porque não estamos muito longe de chegar ao patamar de industrialização que atingiram os principais países desenvolvidos. Na verdade, estávamos bastante avançados no fim dos anos 1970, instalando no país compartimentos de bens de produção e de bens de capital mais avançados. Considerado o patamar do PIB brasileiro das décadas de 1970 e 1980, hoje ele se reduz em aproximadamente 19%.

O caso do PIB brasileiro é dantesco: de 27,5% em 1970, subiu para 33% nos anos de 1980, batendo recorde latino-americano. Em 1990, porém, já havia se reduzido para 25,5% e, em 2000, declina para 17%. Em 2010, lamentavelmente, caiu 15,7%. Ou seja, o PIB caiu para menos da metade do que tínhamos em 1980. Isto posto, é preciso compreender as razões fundamentais pelas quais ocorre essa desindustrialização nociva, que significa realmente um sentido regressivo do progresso econômico.

Primeira razão: o câmbio excessivamente valorizado faz com que a indústria nacional perca competitividade internacional perante as indústrias de outros países.

Segunda razão: tivemos a abertura desregrada pela qual o Brasil passou e passa. A partir de 1989, ainda no governo Sarney, ocorre o primeiro muro na porta, e o segundo vem no governo Collor, em 1990. E o grande pontapé foi dado no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994. E

essa porta se manteve escancarada e assim está até hoje. A abertura comercial com a queda das tarifas e demais mecanismos protecionistas da indústria nacional evidentemente dificulta e diminui o grau de proteção perante a concorrência internacional.

Terceira razão: a taxa de juros elevada do país faz com que, evidentemente, o empresário capitalista – tanto na visão de Marx quanto na de Keynes – compare-as com as taxas de lucro, com a expectativa de acumular capital. Com exceção dos setores para os quais a taxa de lucro é exorbitante – máfia, narcotráfico, prostituição e coisas do gênero, além de certas atividades públicas e privadas –, podemos constatar que se ganham fábulas. A taxa de lucro da economia industrial moderna é relativamente contida e quando ela se confronta com uma taxa de juros como a nossa, de 12%, o empresário nacional fica atento a esse fenômeno e só investe em última instância, quando é absolutamente obrigado a investir. Do contrário, quebra e fecha. Nessas condições, o investimento é fortemente inibido, o que deixa a indústria vulnerável. Uma indústria que não investe envelhece, torna-se, em parte, obsoleta, não cresce, tem dificuldades enormes de assimilar progresso técnico no dia a dia, enfim perde produtividade e oportunidade.

Quarta razão: o investimento direto estrangeiro. É verdade que esse fluxo cresceu em números absolutos nos últimos anos, fato comemorado por economistas. Porém, estes têm um defeito grave quando falam de investimento porque o pensam no sentido global, ao volume e às taxas. Mas o investimento é uma variável tão importante na economia que os profissionais da área deveriam cuidar mais dele. Uma taxa de investimento precisa ser dissecada, então, se observarmos a locação setorial dos investimentos na economia brasileira, verificamos que ela se realiza consideravelmente em serviços, especialmente no setor financeiro, construção imobiliária, agropecuária ou mineração. Simultaneamente, a indústria de transformação encolheu, e isto ocorreu porque o capital estrangeiro não é idiota. Por qual razão ele se mudou, em parte, para a China para produzir mais barato? Pela razão elementar de que lá é mais barato produzir, e a taxa de lucro maior. Aqui, temos um oásis chamado taxa de juros, de modo que os investidores vêm para o Brasil atraídos pela especulação financeira.

A quinta razão, e que nos deixa ainda mais preocupados, é que neste momento, de 2007 para cá, a economia mundial desacelerou. E pelo que é possível notar, especialmente a partir da política econô-

mica norte-americana e a da União Europeia, podemos eventualmente atravessar um período de longa crise e todas essas economias desenvolvidas, mais a China – que perdeu parte do filé mignon que disputava –, evidentemente estão desenvolvendo políticas agressivas no mercado internacional. Desejam exportar produtos industriais. Isso já está acontecendo conosco, já somos deslocados do mercado norte-americano por exportações industriais chinesas, que já atingiram pesadamente alguns compartimentos aos quais irei me referir em seguida.

Dilemas contemporâneos da industrialização brasileira

Alguns dados ilustram bem a evolução de nosso parque industrial. Se separarmos o setor industrial da Indústria de Transformação numa intensidade tecnológica, podemos analisar quatro compartimentos: o de alta tecnologia; o de média para alta; o de média para baixa; e o de baixa tecnologia. Os segmentos de baixa tecnologia empregam massivamente recursos naturais, ao passo que, no outro extremo, setores de alta tecnologia se destacam pela inovação e empregam largamente informática, aeronáutica etc. No meio dessa escala se encontram a indústria química, os produtos químicos e de petróleo, o setor automobilístico etc.

Pois bem, a relação entre exportações e importações de produtos industriais do Brasil em produtos manufaturados, em 2005, apresentou o último grande superávit: além das importações, exportamos US\$ 31 bilhões. Nesse primeiro semestre de 2011, já acumulamos com um déficit de US\$ 21-22 milhões que ameaça chegar à casa dos US\$ 40 bilhões. Em 2010 já tivemos US\$ 35 bilhões de excesso de importações sobre exportações de produtos manufaturados. E onde está localizado esse buraco? Como o investimento se contraiu nessa indústria, os setores de alta tecnologia estão pesadamente representados nesse número, constituem

quase a metade do déficit de US\$ 35 bilhões no ano passado. E há ainda os setores de média e alta tecnologia, com cerca de US\$ 24 milhões. Observe-se que a soma deles já superou o déficit. Os segmentos de média tecnologia para baixa representam apenas US\$ 3 bilhões e, finalmente, os setores de baixa tecnologia tiveram um superávit de US\$ 19 bilhões.

Advirta-se que, dentre os setores de baixa tecnologia, pela primeira vez na história do Brasil, os segmentos têxtil, vestuário e de calçados tiveram déficit, no primeiro semestre de 2010. A indústria de calçados foi a mais severamente atingida por esse fenômeno e, para evidenciá-lo, usamos alguns indicadores. O primeiro deles, antes referido, é o déficit comercial do setor. O segundo é um indicador importante mensurado pela relação do Valor de Transformação Industrial (VTI), variável próxima do conceito de Valor Adicionado. A relação VTI e Valor Bruto de Produção (VBP) é acentuadamente cadente na economia brasileira depois da abertura comercial com a política neoliberal. Ou seja, estamos perdendo agregação de valor na produção industrial brasileira. A taxa de câmbio a que me referi, em relação a 2005, está valorizada em cerca de 30%. Sendo assim, a economia fica escancarada, e as medidas que têm sido tomadas para tratar do problema constituem meros paliativos – espécie de “melhoral” prescrito a um doente com sintomas crônicos.

Os coeficientes de importação cresceram no setor industrial, alguns em níveis extremamente elevados: material eletrônico e aparelhos de comunicação em 52%; máquinas para escritório e equipamento de informática em 53%; equipamentos de instrumentação médico-hospitalar em 61%; máquinas e equipamentos para feitos industriais em 49%; e máquinas e equipamentos para mineração e construção em 40%.

Segue uma breve exposição de dados sobre a economia brasileira, para que se possa entender a gravidade da situação:

Tabela 1. Brasil: taxa média de crescimento dos componentes de demanda efetiva (%)

| | 2001-2006 | 2006-2008 |
|-----------------|-----------|-----------|
| PIB Total | 3,0 | 4,9 |
| Consumo Família | 3,3 | 5,6 |
| Consumo Governo | 3,1 | 4,3 |
| Investimento | 2,1 | 13,7 |
| Exportações | 18,8 | 3,7 |
| Importações | 10,5 | 19,2 |

Fonte: IBGE-CN / IPEA-DATA

(*) Preço x Efeito Quantum

É possível observar que a taxa do crescimento do PIB cai e é baixa. Na verdade, nos beneficiamos apenas do *boom* internacional que ocorre entre 2004 e 2008, pois há elevação de preços de matérias primas e principalmente da demanda chinesa, quando então o PIB acelera um pouco. A média entre 2008 e 2010 já nos leva para a trajetória crítica dos anos 1980 e 90, quando a taxa do PIB era de 3% ou até inferior a esse patamar.

A tabela 1 demonstra a variável que, na verdade, impulsionou o crescimento, o consumo das famílias, ou seja, o crédito ao consumidor, a elevação do salário mínimo real, Bolsa Família etc. Foram esses fatores que, na verdade, permitiram um avanço maior na demanda de consumo e, portanto, taxas de crescimento ligeiramente melhores. O investimento vinha subindo, visto que a taxa de 2006 a 2008 era de 13,7%, bastante alta. Contudo, mesmo com essa elevação, O Brasil não recupera o nível alcançado nos anos de 1970, da ordem de 25% do PIB. Hoje, a taxa de investimentos se encontra apenas em torno de 17, 18%.

Esses dados mostram as taxas de crescimento setoriais da economia brasileira. Podemos observar que a Indústria de Transformação (4ª linha) mostra os piores números, os mais sofríveis de nosso PIB. Como indicado previamente, o investimento é muito baixo, quadro agravado pelos efeitos da crise pós-2008. Há outra consequência desse cenário: a perda de posição relativa dos países subdesenvolvidos na produção in-

dustrial mundial. Incluindo ou não a China nesse rol, o fato é que o Brasil está perdendo terreno de maneira acentuada no panorama internacional.

Ainda quanto às taxas de crescimento da indústria, sabemos também que o setor de bens de capital vinha apresentando, desde 2002, um crescimento bastante interessante, mas, na verdade, o setor os bens de consumo duráveis que puxava a demanda. Neste caso particular, é preciso discutir o que foi e o quais serão os efeitos da crise automobilística.

A tabela 3 e o respectivo gráfico demonstram exatamente a relação referida entre o Valor Adicionado da Indústria (VTI) e o Valor Bruto da Produção (VBP). Observe-se que ela se situava em torno de 47%, vai caindo até 2004 e 2005, e depois tem uma pequena recuperação, mas ainda muito pequena, ou seja, é um processo fortemente descendente da agregação de valor no setor industrial.

A tabela 4, que ilustra as exportações conforme Fator Agregado, retrata produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. Note-se o que ocorre com a terceira coluna (manufaturados): o peso das exportações dos produtos indicados na nossa balança exportadora, de pouco mais de 60% em 2000, passa a apenas 37,5% neste primeiro semestre, ou seja, cai pela metade. Mesmo no segmento de semi-industrializados, observa-se que a curva também é descendente. E ainda há quem pense o contrário quanto ao nosso processo de industrialização.

Tabela 2. PIB Total e Setorial: taxas médias anuais de crescimento (%)

| Período | 1989-2001 | 2001-2006 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|------------------|-----------|-----------|------|------|------|------|------|
| PIB Total | 2,2 | 3,0 | 5,7 | 3,2 | 3,9 | 5,7 | 5,1 |
| PIB Agrícola | 3,8 | 3,9 | 2,3 | 0,3 | 4,5 | 5,9 | 5,8 |
| PIB Industrial | 1,4 | 3,2 | 7,9 | 2,1 | 2,3 | 4,7 | 4,3 |
| PIB Ind. Transf. | 1,4 | 2,8 | 8,5 | 1,1 | 1,1 | 4,7 | 3,2 |
| PIB Serviços | 2,4 | 3,2 | 5 | 3,7 | 4,2 | 5,4 | 4,8 |

Fonte: IBGE-CN / IPEA-DATA

Tabela 3. Relação VTI/VBPI segundo Grau de Intensidade Tecnológica (%) – 1996/2006

| Setores | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Alta | 46,5 | 44,9 | 46,4 | 47,5 | 50,4 | 47,7 | 48,6 | 48,1 | 45,9 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Média Alta | 49,7 | 47,7 | 46,6 | 46,9 | 43,3 | 42,1 | 41,4 | 39,7 | 37,6 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Média Baixa | 48,0 | 47,2 | 46,3 | 46,5 | 44,8 | 44,7 | 45,8 | 43,5 | 45,1 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Baixa | 45,6 | 45,2 | 44,2 | 44,2 | 42,1 | 42,5 | 41,4 | 41,6 | 40,5 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Ind. Geral | 47,1 | 46,0 | 45,6 | 46,1 | 45,3 | 44,4 | 44,4 | 43,4 | 42,5 | 42,9 | 43,7 | 42,6 | 43,5 | 43,5 |
| Ind. Transf. | 46,7 | 45,6 | 45,0 | 45,1 | 44,3 | 43,4 | 43,3 | 42,0 | 41,1 | 41,2 | 42,3 | 42,1 | 42,7 | 43,7 |

Fonte: IBGE: Pesquisa Industrial Anual.

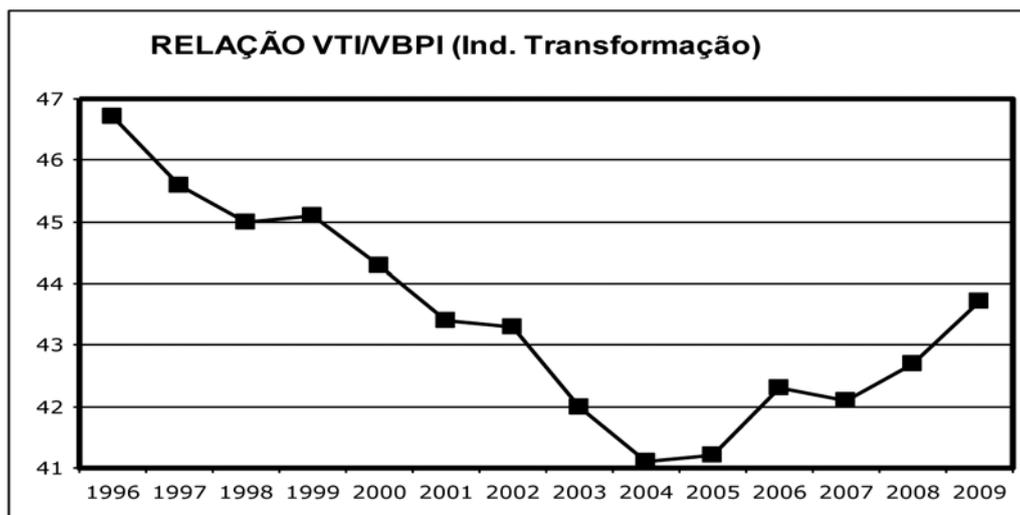


Tabela 4. Brasil: Exportações segundo Fator Agregado (%) *

| ANO | BÁSICOS | SEMIMANUFATURADOS | MANUFATURADOS |
|----------------|---------|-------------------|---------------|
| 1964 | 85,4 | 8,0 | 6,2 |
| 1980 | 42,2 | 11,7 | 44,8 |
| 1985 | 33,3 | 10,8 | 54,9 |
| 1990 | 27,8 | 16,2 | 54,2 |
| 1995 | 22,9 | 20,8 | 56,2 |
| 2000 | 23,4 | 15,8 | 60,7 |
| 2006 | 29,9 | 14,5 | 55,6 |
| 2007 | 32,8 | 13,9 | 53,5 |
| 2008 | 37,9 | 13,8 | 48,1 |
| 2009 | 41,4 | 13,7 | 45,0 |
| 2010 | 45,5 | 14,3 | 40,2 |
| 2011 (jan-jun) | 48,5 | 14,0 | 37,5 |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)

(*) Exclui Operações Especiais.

A tabela 5 indica a estrutura das importações industriais em termos de bens de capital, de consumo duráveis, de consumo não duráveis e bens intermediários, ou seja, matérias primas industriais de toda ordem. Observe-se o salto vertiginoso que a terceira coluna mostra: a importação de bens industriais mais do que triplica, e a do consumo durável se multiplica em cinco ou seis vezes. Trata-se da chamada “farra das importações” quanto aos bens de consumo duráveis mediante dólar baratíssimo e, no caso dos bens intermediários, ao contrário. O problema mais grave de todos pode ser resumido nos seguintes termos: estamos importando cada vez mais peças e matérias primas industriais e, portanto, fechando estes setores produtivos no plano doméstico.

Estamos fazendo aquilo que os economistas chamam de cortar elos da cadeia produtiva. Isso é muito

fácil de fazer, basta simplesmente que deixemos de produzir pára-choques ou produtos similares, como amortecedor de carro, e passemos a importá-los de qualquer outro país do mundo. O problema consiste em partir de certo momento e tentar reavivar esses rendimentos. Em outras palavras: fechar uma empresa e levá-la à falência é bastante fácil. Destruir uma liderança industrial, um empresário industrial dinâmico, progressista etc., também é muito fácil. O difícil é criar essas lideranças. Criar e recriar empresas expressivas e maiores como as do grupo do Mindlin [*Metal Leve*, do setor de autopeças] ou outras, que antes produziam peças e as exportavam para os mercados norte-americano e europeu para se transformarem em montadoras de motocicletas na Zona Franca de Manaus e, finalmente, venderem também para o mercado chinês. Mas nem assim conseguiram se sustentar.

Tabela 5. Brasil: Importações (em US\$ bilhões)

| ANO | TOTAL | BK | BI* | BCD | BCN |
|----------------|-------|------|------|------|------|
| 2002 | 47,2 | 11,6 | 23,4 | 2,5 | 3,4 |
| 2003 | 48,3 | 10,4 | 25,8 | 2,4 | 3,1 |
| 2004 | 62,8 | 12,1 | 33,5 | 3,2 | 3,7 |
| 2005 | 73,6 | 15,4 | 37,8 | 3,9 | 4,6 |
| 2006 | 91,4 | 18,9 | 45,3 | 6,1 | 5,9 |
| 2007 | 120,6 | 25,1 | 59,4 | 8,3 | 7,8 |
| 2008 | 173,2 | 35,9 | 83,1 | 12,7 | 9,8 |
| 2009 | 127,6 | 29,7 | 59,7 | 11,6 | 9,9 |
| 2010 | 181,6 | 41,0 | 83,9 | 18,6 | 12,8 |
| 2011 (jan-jun) | 105,3 | 22,8 | 47,9 | 10,9 | 7,4 |

Fonte: MDIC

(*) Exclui combustíveis e lubrificantes.

Tabela 6. Balanço de Pagamento (em US\$ bilhões)

| ANO | COMERCIAL | SERVIÇOS | RENDAS | T. CORRENTES | AMORTIZAÇÃO |
|----------------|-----------|----------|--------|--------------|-------------|
| 2005 | 44,7 | -8,3 | -26,0 | 14,0 | 33,2 |
| 2006 | 46,1 | -9,6 | -27,4 | 13,6 | 44,1 |
| 2007 | 40,0 | -13,2 | -29,4 | 1,6 | 38,1 |
| 2008 | 24,8 | -16,7 | -40,6 | -28,2 | 22,4 |
| 2009 | 25,3 | -19,2 | -33,7 | -24,3 | 30,3 |
| 2010 | 20,3 | -30,8 | -51,1 | -47,4 | 32,7 |
| 2011 (jan-jun) | 13,0 | n/d | n/d | n/d | n/d |

Fonte: Banco Central do Brasil.

A tabela 6, que trata de balanço de pagamentos, é uma síntese. A 2ª e a 3ª coluna, indicam o balanço de serviços e o balanço de rendas. Balanço primeiro significa todos os gastos líquidos em serviços de toda a ordem (aluguel de filme, engenharia, transporte internacional, financeiros). Nota-se aqui a subida da montanha. Estávamos com um déficit de US\$ 8 bilhões em 2005, mas em 2010, esse valor dispara e atinge US\$ 31 bilhões.

O balanço de rendas trata basicamente da remessa de lucros e dividendos de juros. E esses números também são assustadores, porque é da soma algébrica do balanço de serviços e do balanço de rendas com a balança comercial que se deduz a quarta coluna com as transações correntes. As cifras são surpreendentes no passado, um déficit de transações correntes de quase US\$ 50 bilhões. Para fechar esse buraco, foi preciso arrombar as janelas e as portas, jogando os juros na estratosfera, para que entrasse bastante capital. Tapados os buracos ao longo desses anos todos, depois de 1999 não houve mais crise cambial e ainda acumulamos US\$ 340 bilhões de reservas internacionais. Analistas ingênuos olham esses números e o volume de reservas e afirmam que nossa dívida externa teria acabado. Pagamos nossa dívida com o Fundo

Monetário Internacional (FMI) E, embora isto possa ter um significado psicológico e ser politicamente interessante, não altera a obrigação financeira porque os juros do FMI eram relativamente baratos.

Os US\$ 340 bilhões de reservas internacionais custam muito caro para todos nós, pois estão aplicados basicamente em títulos do governo norte-americano, cuja taxa de juros é zero, ou próxima de zero, hoje em dia. Ou seja, não rende nada, mas em compensação o governo, para acumular esses dólares de reservas, teve que emitir títulos da dívida pública. Estes costumam ir pela bagatela de 12% ou mais. Então, parece uma economia fantástica, mas não é. Aplica-se tudo a capital a “zero” e se paga 12%. Somos grandes exportadores de capital: os capitalistas brasileiros investem no exterior porque aqui não há exigência de criação de empregos, como se aqui tivéssemos emprego em abundância. Criam-se empregos na Alemanha, na China ou nos EUA. Para tanto, se pega dinheiro barato do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para matar boi nos EUA. É o que estamos fazendo. Estamos financiando investimento no exterior, quando é aqui que deveríamos erradicar o analfabetismo e a fome, acabar com os buracos nas

Tabela 7. Dívida Externa e Passivo Líquido Externo

| ANO | DÍVIDA EXTERNA TOTAL | PASSIVO EXTERNO LÍQUIDO | RESERVAS TOTAIS |
|----------------|----------------------|-------------------------|-----------------|
| 2004 | 201,3 | 298 | n/d |
| 2005 | 169,5 | 317 | 53,8 |
| 2006 | 172,5 | 369 | 85,8 |
| 2007 | 193,2 | 550 | 180,3 |
| 2008 | 198,4 | 692* | 193,7 |
| 2009 (jan-out) | 199,1** | n/d | 231,1 |

Fonte: Banco Central do Brasil.

(*) Estimativa. (**) Até 06/2009.

estradas, promover política habitacional para os pobres, acaba com as endemias rurais que são uma barbaridade. Infelizmente, porém, o dinheiro disponível para investimento e geração de empregos está sendo desviado para o exterior.

A tabela 7, derradeira, relaciona Dívida Externa ao Passivo Externo Líquido, a qual, mesmo não atualizada, mostra a gravidade da situação. As reservas ainda eram altas, mas, de outro lado, o passivo externo atingiu o pico. A captação dos investimentos estrangeiros em carteira é diferente dos investimentos produtivos. Um exemplo: supomos que uma Volkswagen pode trazê-los, pois são inversões para uma planta industrial – uma fábrica, digamos –, mas ninguém consegue colocar uma indústria em cima de um navio e levar embora. De outro lado, os títulos em carteira são chamados “capital motel”: entram antes das 22h00 e saem na madrugada! Os maiores investimentos estão justamente em ações nas bolsas de valores, em títulos da dívida pública e em alguns outros títulos privados. Como superam o volume de reservas, o fato é que não acabamos com a nossa vulnerabilidade. É claro que são importantes os volumes de reservas, estrategicamente muito relevantes, mas eles não são suficientes para evitar ou sair de uma crise internacional severa com grande fuga de capital.

Conclusões

As crises anteriores ensinam que não há como ser liberal numa depressão. Se a gaveta está vazia, sem dinheiro, como ser liberal? Pelo contrário, é preciso ser interventor com a coisa pública, não há outro remédio menos amargo. Particularmente sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), há acertos e equívocos. Há acertos nas tentativas de fusão e resolução de problemas estruturais de grandes empresas nacionais, inclusive para tentar fortalecê-las futuramente em termos de presença internacional. Mas também há

equívocos, como financiar a compra de ferro velho nos Estados Unidos.

A consolidação da empresa nacional é um investimento caro e muito importante, cujos maiores exemplos, antes da China, vêm do Japão e da Coreia do Sul. Nesses dois casos, as circunstâncias internacionais eram outras, pois a ameaça do socialismo era muito forte e essa ação foi aceita pelos norte-americanos. Houve uma intervenção drástica na sociedade e na economia japonesas, e a maior e mais radical delas foi a reforma agrária do mundo capitalista, e a reforma do capital. Quando o Japão se abre, se industrializa e recupera-se da derrota da guerra, e quando a Coreia do Sul é amparada pelos EUA, abre o seu mercado. Esse dois países tinham não só circunstâncias internacionais extremamente favoráveis para que as empresas fortes e agressivas fossem vitoriosas no cenário internacional, como tinham políticas de Estado voltadas para isto, protecionistas, direcionadas para a industrialização, financiadoras da atividade industrial. A Coreia do Sul chegou a proibir o consumo interno de televisão colorida, então o governo autorizou a produção e direcionou “tudo para exportar”. Certo ou errado, houve políticas macroeconômicas internas e políticas industriais, além de circunstâncias internacionais, permitindo que essas grandes empresas japonesas e sul-coreanas crescessem e alcançassem um desempenho extraordinário no cenário internacional. No Brasil, não há política industrial.

Diante do exposto, quanto à possibilidade desse quadro de desindustrialização ser revertido e do avanço na formulação de uma política industrial, tenho uma visão negativa. Não se trata de nenhuma política setorial ou política econômica específica, seja industrial, agrícola, extrativa, tributária, salarial etc. Insisto: o problema não se resume a qualquer medida específica que eventualmente possa trazer efeitos positivos alcançados em sua construção, se a política macroeconômica não lhe der a base. Se

não há uma base macroeconômica que possa ser consentânea com a política industrial, poderíamos convocar os dez maiores economistas industriais do mundo para formular uma maravilhosa política industrial, mas que seria absolutamente inoperante. Ou seja, com a taxa de juros em vigor, com a atual desvalorização cambial e com a economia escancarada, não há política industrial que possa fortificar. Nem as medidas de desoneração produtiva anunciadas recentemente são suficientes, pois são meros paliativos. O governo brasileiro adotou estratégias protetoras apenas para os setores de calçados, móveis e confecções e também para a produção de softwares para desonerar o ônus da previdência social na folha de pagamento. Para os empresários desses segmentos é muito bom porque há uma redução de custo objetivo, enfim é um dinheiro que deixa de sair de seus bolsos.

Para a competitividade internacional, porém, isso é muito pouco porque temos uma apreciação cambial da ordem de 30%. Então, seria preciso mudar muito mais do que está sendo concedido para que esses empresários enfrentassem a concorrência. Mas as taxas de subsídio são limitadas, pois integramos a Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1994 e subscrevemos a Rodada Uruguai (GATT), então estamos de mãos amarradas. A OMC pode admitir tais medidas por certo período, mas esses subsídios podem se tornar inaceitáveis. Entra governo e sai governo, e não se tocam nas questões centrais. Não é só um problema de ciência ou de vontade, as condições internacionais são muito complicadas. O Brasil entrou na chamada globalização, assinou tratados e assumiu compromissos internacionais que não devia ter assumido. A China declarou-se como economia de mercado, mas não abriu a conta de capital. A Índia fez a mesma coisa, assim como a Rússia. Não abrir a conta de capital significa manter o controle sob a entrada e saída de capital internacional e nacional, remessas de lucros, fluxo de investimentos. O Brasil entrou na América Latina e simplesmente escancarou as portas e janelas. O investidor, de sua casa, pode acionar o gerente no Citibank e mandar dinheiro para as Bahamas!

Economistas precisam aprender que a economia vai além das premissas que os neoclássicos gostam tanto de botar na cabeça. A economia é política! Não existe ciência econômica, ciência é a física, a astrofísica, astronáutica, a química, a biologia.. Economia não. Economia é fruto de decisões sociais tomadas por homens que têm poder. Sejam

empresários tomando decisões de investir ou não, de comprar ou vender, seja o Estado em fazer ou não fazer aquilo em termos de política econômica. Não adianta pensar em Economia apenas por um prisma técnico de formular uma determinada receita quando o problema é político. Se os governos, depois de 1990, venderam a alma ao diabo, ou seja, ao sistema financeiro; precisamos romper esse acordo. Mas é uma atitude muito complicada, pois quando se faz acordo com o diabo ele vai exigir a sua alma, depois de levar o fígado, o pâncreas. De todo modo, os horizontes políticos internacionais são dos piores.

O governo norte-americano é democrata, mas a política econômica continua sendo controlada pelos republicanos. Na Europa o quadro é exatamente o mesmo, a direita mais reacionária está à testa do manejo da administração desses problemas e dessa crise. Há uma boa entrevista da professora Maria da Conceição Tavares ao site *Carta Maior*² em que ela chama a atenção para as diferenças em relação à crise de 1929. Naquele momento, o vencedor foi o Roosevelt e, por meio do *New Deal*, foi possível passar a olhar um pouco mais para os pobres, e a partir daí se desenvolveu a política de *Welfare State* no mundo ocidental. Chamo a atenção para a diferença crucial entre as estruturas de poder entre 1929 e 1930 e as estruturas de poder atuais, conservadoras/reacionárias, que são deflacionistas, ou seja, a julgar pelas atitudes consumadas e pelas intenções declaradas até agora, tendem a aprofundar a crise. Em 1929 e no período que se segue, portanto, os EUA responderam com o *New Deal*, por aqui tínhamos Vargas que se antecipou a essas medidas, e o México tinha Cárdenas. Quanto à possibilidade de o Brasil enfrentar esse cenário adverso reportando-se ao seu mercado interno, há uma série de vantagens em relação a outros países. Temos quase 200 milhões de habitantes, um território e uma dotação de recursos naturais grandiosos, além de muitos acertos internos a fazer. Mas vários setores seriam evidentemente mais danificados porque a presença internacional do Brasil deve ser considerada. As importações aumentaram e, portanto, a dependência internacional para o mercado exterior das cem maiores empresas também aumentou nesses últimos 20 anos. Uma atitude voltada exclusivamente para o mercado interno não teria êxito, mas isto é compatível com um desenho de

2 Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17556>.

um “programa nacional de desenvolvimento econômico” que tenha como base e primeiro vetor o mercado interno. Mas em que termos? Habitação popular, saneamento básico, educação, saúde pública, gastos pesados nessas áreas. Depois, uma política agressiva de exportações e de investimentos em alta tecnologia para superar certos gargalos. Um bom exemplo: não conseguiremos ampliar o acesso à informática e ao computador se não fabricamos *chips*. Em 2009, o Brasil importou US\$ 18 bilhões em produtos eletrônicos, e em 2010 aumentou um pouco mais. O mercado interno é absolutamente

fundamental, assim como grande parte do crescimento do consumo das famílias se deveu às razões a que me referi: Bolsa Família é um pequeno efeito, salário mínimo é um enorme efeito e a expansão do crédito consignado (uma maravilha para os banqueiros, que não têm risco).

Enfim, subdesenvolvimento não é etapa nem acidente de percurso, é um processo que se inicia com a nossa inserção no mercado internacional capitalista em meados do século 19. Foi uma inserção diferenciada da qual ainda não nos livramos, e dificilmente poderemos nos livrar.

Wilson Cano é professor titular aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). E-mail: <wcano@eco.unicamp.br>.

Recebido para avaliação em agosto de 2011. Aprovado para publicação em setembro de 2011.